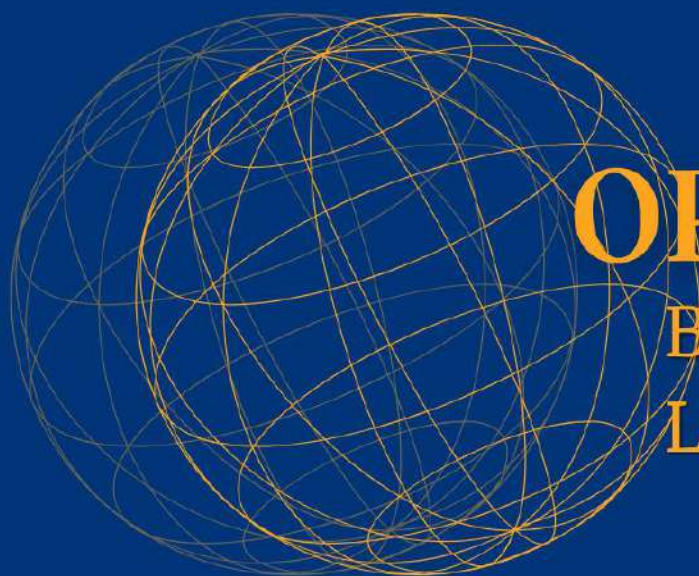


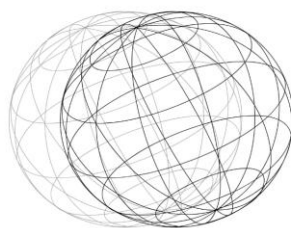


ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 8
JANEIRO-ABRIL/2025
ISSN: 2965-2235



ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF

Vol. 3 - Nº 8 – Janeiro-Abril/2025

ORBIS – Boletim do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação quadrimestral editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, que integra o Núcleo de Estudos Avançados - NEA do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danilo Avellar Bragança

Editor-adjunto

- Danilo Sorato Oliveira Moreira

Autores/as desta edição

- Cristina Rego Monteiro da Luz
- Danilo Avellar Bragança
- Fernando Roberto de Freitas Almeida
- Juliana Zaniboni
- Pablo Fontes
- Roberto Moll Neto

Conselho Editorial

- Ana Amélia Penido Oliveira, Instituto Tricontinental, Brasil/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José - FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotwane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval - EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas - FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

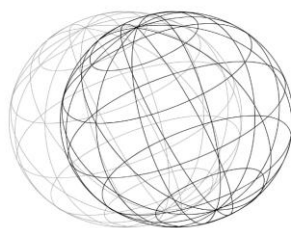
www.lepeb.uff.br

lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valonguinho
- Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 -
www.inest.uff.br

Foto de Capa: Rio de Janeiro (RJ), 28/04/2025 – Reunião de Chanceleres da presidência brasileira do BRICS, no Palácio do Itamaraty. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil.



SUMÁRIO

Apresentação

Equipe Editorial	03
------------------------	----

Geisel, o documento da CIA e a disputa pública pela memória da ditadura: notas sobre o ofício do historiador

Roberto Moll Neto	05
-------------------------	----

Quando a sociedade brasileira discutia “Qual a política externa conveniente ao Brasil?”

Fernando Roberto de Freitas Almeida	09
---	----

Entre os múltiplos Eu´s/Outro´s: uso de imagens e afetos na política

Pablo Fontes e Cristina Rego Monteiro da Luz	15
--	----

Data Centers: entre o Desenvolvimento Digital e o Colonialismo de Dados

Juliana Zaniboni	19
------------------------	----

Leonel Brizola e as “linhas de fuga” na Política Externa Brasileira

Danillo Avellar Bragança	25
--------------------------------	----

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial	32
------------------------	----

Apresentação

Eric Hobsbawm, em um dos ensaios que compõem o livro “Sobre História” (Cia. das Letras, 2013), chama atenção para o fato de que “história não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão”. É a reflexão sobre essa questão e, em última instância, sobre o ofício do historiador que norteia o artigo “Geisel, o documento da CIA e a disputa pública pela memória da ditadura: notas sobre o ofício do historiador”, de Roberto Moll Neto, que abre esta edição do **Orbis**.

A partir das repercussões de um documento da CIA, desclassificado em 2015, que revela a concordância dos dois últimos presidentes do ciclo ditatorial – Ernesto Geisel e João Figueiredo – com a continuidade das execuções de opositores do regime, o autor argumenta que, na era da superinformação, a amplificação de determinadas práticas historiográficas, como a relativização do rigor e a desinstitucionalização do ofício do historiador, favorece a equiparação entre interpretações concorrentes e fomenta leituras equivocadas e conspiratórias. Para fundamentar esse argumento, Moll analisa a recepção de Elio Gaspari ao documento, demonstrando que sua interpretação tende a reproduzir a narrativa dos próprios agentes da ditadura e a minimizar o potencial crítico de novas evidências.

O artigo seguinte, de Fernando Roberto de Freitas Almeida, rememora os debates travados no início da década de 1960 em torno de diferentes visões sobre quais rumos o Brasil deveria tomar. A partir da análise do número 21 - “Qual a política externa conveniente ao Brasil?”, de Vamireh Chacon - da Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicada pela Editora Civilização Brasileira, o autor reflete sobre as propostas e objetivos da Política Externa Independente – PEI, bem como sobre a articulação de setores das elites brasileiras com o capital internacional para abortar o projeto nacional-popular então em construção.

Já em “Entre os múltiplos Eu’s/Outro’s: uso de imagens e afetos na política”, Pablo Fontes e Cristina Rego Monteiro da Luz, a partir dos trabalhos de Byung-Chul Han e Zygmunt Bauman, propõem uma reflexão crítica acerca da negligência histórica dos estudos sobre afetos, emoções e imagens no campo das Relações Internacionais no Brasil, tradicionalmente pautado pela racionalidade liberal.

Juliana Zaniboni, em “Data Centers: entre o Desenvolvimento Digital e o Colonialismo de Dados”, discute como, nos últimos anos, a América Latina tem se consolidado como um espaço estratégico para a expansão da infraestrutura digital, especialmente por meio do incentivo à instalação de data centers, apresentados como vetores de desenvolvimento tecnológico e econômico. Porém, como argumenta a autora, ao invés de promover efetiva soberania ou autonomia tecnológica, a dinâmica adotada aproxima-se de um modelo de colonialismo digital, marcado pela dependência tecnológica, pela extração intensiva de recursos e pelo agravamento do atual estado de emergência climática.

Por fim, em “Leonel Brizola e as ‘linhas de fuga’ na Política Externa Brasileira”, Danilo Bragança analisa a trajetória de Leonel Brizola sob a ótica das “linhas de fuga”, conceitos que rompem com a continuidade burocrática da Política Externa Brasileira. Através de episódios como a encampação da ITT e a defesa das “perdas internacionais”, o artigo examina como Brizola tensionou a relação com os EUA e buscou interlocução com o Sul Global e a Internacional Socialista.

Desejamos uma boa leitura a todos/as!

Os editores

Geisel, o documento da CIA e a disputa pública pela memória da ditadura: notas sobre o ofício do historiador

*Roberto Moll Neto **

Em diferentes espaços sociais, desde instituições de ensino até ambientes informais, a história é frequentemente valorizada como elemento fundamental para a transformação do futuro. No entanto, a história também altera a compreensão do passado e revela aspectos significativos do presente.

Em 2018, o pesquisador Matias Spektor identificou um conjunto de documentos da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) sobre o Brasil, desclassificados desde 2015. Um desses documentos relata uma reunião da alta cúpula do Governo Geisel (1974-1979), na qual Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo concordaram em manter a política de execução de presos políticos. Este documento trouxe novos esclarecimentos sobre um dos períodos mais obscuros da política brasileira, considerando que muitos arquivos da ditadura empresarial-militar permanecem inacessíveis ou foram destruídos.

As reações ao documento foram variadas. O comando do Exército, naquele momento, ávido em se manifestar sobre questões políticas, limitou-se a declarar que não poderia confirmar as informações, pois os documentos do período haviam sido destruídos. Gilberto Pimentel, então presidente do Clube Militar, classificou o documento como fantasioso e alegou que sua divulgação tinha o objetivo de prejudicar a candidatura de Jair Bolsonaro e de outros militares. Os generais Hamilton Mourão e Paulo Chagas, que posteriormente assumiram papéis de destaque na política brasileira, consideraram o documento falso e afirmaram que sua divulgação, embora disponível no site do *Office of the Historian* desde 2015, atendia a interesses eleitorais contrários aos militares.

No contexto das contestações, Jair Bolsonaro, então deputado e pré-candidato à presidência, adotou uma postura cínica ao comparar os assassinatos a uma punição paterna: “Quem nunca deu um tapa no bumbum do filho e depois se arrependeu? Acontece”. Sem negar a autenticidade do documento, sugeriu que o informante da CIA provavelmente teria ouvido uma conversa informal, sem caráter oficial ou decisório. Bolsonaro, eleito presidente naquele ano, justificou e equiparou a execução autorizada por Geisel aos assassinatos ocorridos durante o combate à Guerrilha do Araguaia. Ressaltou que o documento foi encontrado por um historiador, mas não divulgado pela imprensa, e reforçou a narrativa militar ao

afirmar que a publicação do relatório visava prejudicar candidaturas militares.

Essas reações se encontraram com a deterioração do ofício do historiador enquanto prática explicativa da realidade na era da superinformação. Em parte, vale lembrar, essa deterioração é resultado indireto das próprias práticas dos historiadores, articuladas nas últimas décadas: (1) afastar o rigor historiográfico do rigor científico, a partir da concepção de que há infinitas interpretações da realidade e que, portanto, é impossível compreendê-la em sua totalidade; (2) desvincular o papel de historiador das preparações formais da academia. Na era da superinformação, a difusão e a amplificação dessas duas práticas contribuíram para a percepção de que múltiplas “realidades” estariam igualmente disponíveis a qualquer indivíduo, a qualquer momento. Sendo assim, todos podem ser historiadores, sem qualquer metodologia de análise ou rigor científico. Nesta lógica, o nazismo pode ser de esquerda e os documentos da CIA podem ser peças falsas de uma conspiração contra candidatos militares. O rigor historiográfico importa tão pouco que só ganha validade se aparecer na imprensa, como afirmou Bolsonaro.

A repercussão não se limitou ao meio militar. O padrão adotado pelos militares foi rapidamente seguido por alguns jornalistas e comentaristas políticos, como Guilherme Fiúza, que até pouco tempo era figura corriqueira nas mesas de debate político na televisão. Mas, sem dúvida, a recepção mais controversa veio de Elio Gaspari, nas páginas de “O Globo”. Gaspari é dono de uma das mais relevantes pesquisas sobre a ditadura empresarial-militar, fundamentada no acesso quase exclusivo a uma quantidade significativa de documentos pessoais do general Golbery do Couto e Silva, um dos principais ideólogos do regime, além de entrevistas com Geisel. Com base nesse acervo documental militar, Gaspari sustenta a análise de que os dois últimos ditadores brasileiros promoveram o fim das práticas autoritárias e, em última instância, da própria ditadura. No entanto, ao apontar Geisel e Figueiredo como mandantes e executores de assassinatos políticos, o relatório da CIA tende a enfraquecer, ao menos parcialmente, a análise de Gaspari.

A primeira frase de Gaspari, em sua coluna do dia 13/05/2018 – “A história do Brasil continua a ser escrita pelos americanos” – revelou uma concepção de história que permeia o tratamento dado às fontes em seu trabalho e justifica sua tese. Se a história é essencialmente aquilo que os documentos dizem, sem rigor analítico, então a história da ditadura escrita por Gaspari é justamente aquela que os ditadores querem que ela seja. Desse modo, seria mesmo impossível afirmar que Geisel comandou assassinatos, e é fácil concluir que teria sido o artífice da abertura

política. Geisel não diria nada diferente, mesmo reconhecendo que foi conivente com o massacre da Guerrilha do Araguaia.

Segundo Gaspari, é precisamente porque Geisel teria, em tese, reconhecido o massacre como uma “barbárie” indesejada e incompatível com sua própria noção de civilidade que ele figuraria no “lado certo da história”. Ao longo da coluna, o jornalista, situado em um espectro político distante do bolsonarismo, recorreu à mesma narrativa do futuro presidente ao legitimar as mortes de presos políticos por meio da narrativa militar sobre o massacre no Araguaia. Dessa forma, preso na narrativa oferecida pelos militares e que desembocou no bolsonarismo, Gaspari não conseguiu reconhecer que execuções e mortes em combate são duas coisas completamente diferentes, sobretudo porque os presos políticos estavam desmobilizados e desarmados. Além disso, e ainda mais grave, não se deu conta de que uma parte significativa das mortes no Araguaia, senão todas, também decorreu de execuções.

Para o colunista, que não contestou o relatório da CIA, o documento apenas corroborava sua tese, sem trazer novidades. Geisel estaria entre os defensores da abertura do regime. Já as execuções eram atribuídas aos militares da 'linha dura' presentes na reunião: Confúcio Avelino e Milton Tavares de Souza, chamado de 'Miltinho'. Para salvar sua tese e a suposta 'linha democrática' das Forças Armadas, Gaspari afirmou que o mais revelador do documento era mostrar que a ditadura era uma bagunça. Essa análise, paradoxalmente, desconsidera a hierarquia das Forças Armadas e contraria a memória militar, que rejeitava a autenticidade do documento e associava a ditadura à moralidade e à ordem.

A interpretação da ditadura empresarial-militar feita por Elio Gaspari e, sobretudo, sua interpretação do relatório da CIA são um reflexo bem-acabado do descaso com o rigor da história. E, conseqüentemente, também é um reflexo de quem não compreende a capacidade da história de mudar o passado. Gaspari toma suas fontes – os documentos de Couto e Silva e de Geisel – como voz única e inconteste. Portanto, como a própria história. Por isso, foi incapaz de reconhecer que outros documentos podem trazer novas análises e mudar a história.

Neste ponto, pode-se argumentar que utilizar o relatório da CIA como prova incontestável da participação de Geisel e Figueiredo nas execuções de presos políticos seria incorrer no mesmo equívoco de Gaspari, ao considerar a fonte documental inquestionável e à prova de críticas. Desta forma, Gaspari estaria certo ao afirmar que os estadunidenses estariam escrevendo a história do Brasil. Não é o

caso. A a qualidade do documento e, sobretudo, a análise do mesmo não deixam muita dúvida quanto à participação de Geisel e Figueiredo nos assassinatos.

No entanto, é necessário avançar na análise. Outras questões devem ser respondidas, não apenas em relação ao documento em tela, mas também a esse período obscuro da história brasileira. Para tanto, o historiador, independentemente de sua formação, deve ser honesto com as fontes e problematizá-las, inserindo a análise em um contexto global e empregando métodos comparativos. A abertura dos documentos remanescentes da ditadura é urgente. Gaspari, ao priorizar a coerência interpretativa de sua obra, perdeu a oportunidade de promover uma campanha de abertura dos documentos que resistiram a destruição autoritária, que busca apagar o passado para contá-lo de acordo com a conveniência dos vencedores. Poderia ter explicitado as limitações de seu trabalho e utilizado seu espaço na imprensa para reivindicar a divulgação. Contudo, optou por encerrar a narrativa, desconsiderando que a reabertura do debate e o acesso a novas evidências podem reorientar as interpretações e impactar o presente.

Referências:

GASPARI, Elio. **A CIA achou que Geisel dominaria a ‘tigrada’**. O Globo, Rio de Janeiro, 13 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/a-cia-achou-que-geisel-dominaria-tigrada-22678320>

LEIA o documento da CIA que diz que Geisel autorizou execuções na ditadura. **O Globo (online)**, Rio de Janeiro, 11 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/leia-documento-da-cia-que-diz-que-geisel-autorizou-execucoes-na-ditadura-22676183>

*Professor de História do Continente Americano II na Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança na mesma universidade. Pesquisador do INCT-INEU. E-mail: robertomoll@id.uff.br

Quando a sociedade brasileira discutia “Qual a política externa conveniente ao Brasil?”

*Fernando Roberto de Freitas Almeida**

A política externa brasileira voltou a suas tradições de defesa do multilateralismo e de busca de relações equilibradas no sistema internacional, mantendo a soberania do país, após um breve período de ações contrárias à lógica construída ao longo de décadas. Quando começamos a afirmar a necessidade de uma política externa independente?

O ambiente político brasileiro no início dos anos 1960 era de debate acirrado de projetos que, se adotados, levariam o país por rumos bastante diferentes. O Desenvolvimentismo, então uma verdadeira ideologia, passara por mutação importante, a partir do final dos anos 1950, assumindo um caráter social-trabalhista. O governo de um presidente conservador, Jânio Quadros, surpreendia pela política externa, buscando aparar arestas com setores nacionalistas progressistas, para contrabalançar a política econômica de austeridade. Aproximar-se com cautela dos Não-Alinhados, realizando, antes da posse, viagens “exóticas” ao Egito e à Cuba, encaminhar o reconhecimento da URSS, estabelecer diálogo próximo com a Argentina, condecorar Guevara (em agradecimento por ter atendido seu pedido de liberação de religiosos em Cuba) foram ações motivadoras de turbulência em suas bases de apoio. Em razão da força das demandas sociais, Jânio criou as primeiras reservas indígenas, mas não teve aprovados pelo Congresso, por não querer ceder a barganhas políticas, projetos como uma lei antitruste, outra lei para regulamentar remessas de lucros e de *royalties*. Também, diante de forte tensão no campo, apresentou uma proposta de reforma agrária, tema ainda mais problemático, com a experiência cubana em curso, destacado na campanha virulenta que conseguiu derrubar seu sucessor, que as elites de renda do país não toleravam.

O golpe de 1º de abril de 1964 logo começou a destruir essa cultura política, tratando adversários como inimigos a serem isolados e, com o “golpe dentro do golpe”, do AI 5, o extermínio puro e simples, que já havia sido iniciado, aprofundou-se. No campo progressista, a eliminação de instituições já havia começado desde os primeiros momentos da ditadura. Algumas delas nunca mais puderam ser reconstruídas. O título desse artigo remete a um pequeno livro, de uma coleção publicada pela Editora Civilização Brasileira, no bojo da associação com o Instituto

Superior de Estudos Brasileiros, Iseb, e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes: os *Cadernos do Povo Brasileiro*, distribuídos de 1962 a 1964. Trata-se do volume 21, escrito pelo professor Wamireh Chacon (1934-2023). A coleção apresentou 24 livros regulares e quatro extras, com tiragem média de 20.000 exemplares (calcula-se impressão total de um milhão de exemplares), tendo seu número 4 (“Por que os ricos não fazem greves?”) de Álvaro Vieira Pinto, vendido cerca de cem mil exemplares, num país com cerca de 77 milhões de habitantes. Os *Cadernos* se desenvolveram durante o governo de João Goulart, associaram-se aos movimentos pelas Reformas de Base e foram extintos com o fim daquele governo.

O primeiro número, do advogado e líder camponês Francisco Julião dedicou-se à reforma agrária (“O que são as Ligas Camponesas”) e o segundo, do general e historiador marxista Nélon Werneck Sodré (“Quem é o povo no Brasil”), definia o público-alvo da coleção. A abrangência e relevância da iniciativa são vistas nos títulos: 3) “Quem faz as leis no Brasil?”, de Osny Duarte Pereira; 4) o já citado “Por que os ricos não fazem greve”; 5) “Quem dará o golpe no Brasil”, de Wanderley Guilherme; 6) “Quais são os inimigos do povo”, de Theotônio dos Santos (referenciado como Theotônio Jr.), 7) “Quem pode fazer a revolução no Brasil?”, de Bolívar Costa; 8) “Como seria o Brasil socialista?”, de Nestor de Holanda; 9) “Que é a revolução brasileira”, de Franklin de Oliveira; 10) “O que é reforma agrária?”, de Paulo R. Schilling; 11) “Como nacionalizar a indústria farmacêutica?”, de Maria Augusta Tibiriçá Miranda; 12) “Como atua o imperialismo ianque?”, de Sylvio Monteiro; 13) “Como são feitas as greves no Brasil?”, de Jorge Miglioli; 14) “Como planejar nosso desenvolvimento?”, de Helga Hoffmann; 15) “A Igreja está com o povo?”, de Aloísio Guerra; 16) “De que morre o nosso povo?”, de Aguinaldo Nepomuceno Marques; 17) “Que é o imperialismo?” de Eduard Bailby; 18) “Por que existem analfabetos no Brasil”, de Sérgio Guerra Duarte; 19) “Salário é causa de inflação?”, de João Pinheiro; 20) “Como agem os grupos de pressão?”, de Plínio de Abreu Ramos; 21) “Qual a política externa conveniente ao Brasil?”; 22) “Que foi o tenentismo?”, de Virgínio Santa Rosa; 23) “Que é a Constituição”, de Osny Duarte Pereira; 24) “Desde quando somos nacionalistas?”, de Barbosa Lima Sobrinho.

A primeira das edições extras foi escrita por Franklin Oliveira (“Revolução e contrarrevolução no Brasil”), seguida por três da série “Violão de Rua”, com “poemas para a liberdade”. Todos os temas podem e devem ser discutidos ainda hoje. No que se refere ao número 21, a rapidez com que se desenvolvia a Política Externa Independente foi expressa nessa análise. Chacon inicia discutindo o “sentido

econômico e político da política externa”, passando à verificação dos “requisitos para uma política externa eficiente”, “imperialismo e divisão do mundo” e “vocação internacional do Brasil”. Exemplificando o que se fazia e propondo o quê, precisaríamos fazer, seguem-se “Brasil e África”, “Brasil e Ásia”, “Brasil e Países socialistas”, “Brasil e Europa Ocidental”, “Brasil e Estados Unidos”, “Brasil, Cuba e América Latina”. Necessitaríamos nos aproximar dos semelhantes no sistema internacional, embora o autor não cite este conceito. Aponta a crítica ao “bovarismo”, a insatisfação com que se é, a tentativa de ser o outro:

É, ainda, porém, difícil fixar esta ideia na cabeça de alguns influentes setores da opinião pública brasileira, mais preocupados em solidarizarem-se com os interesses dos Estados Unidos, do Mercado Comum Europeu Ocidental e de Portugal na vã esperança de receberem deles recíproco e compensador apoio. Cresce, contudo, a convicção popular de que o Brasil tem de fazer seu próprio jogo: este país não tem vocação de satélite. Argumentam os tímidos ser mínima a margem de mobilidade internacional do Brasil, por causa do nosso subdesenvolvimento, da nossa dependência das áreas econômica e militarmente mais fortes, da nossa imaturidade, da nossa fraqueza, enfim

Observa que “deve ser impulsionada a presença internacional do Brasil pelo que os alemães chamam de *Realpolitik*, ou ‘política realista’, correspondendo aos interesses econômicos e culturais de sua população” (pág. 15). No espírito da época, propõe que “as soluções têm de ser encontradas pelo povo”, recorrendo a Nélson Werneck Sodré, na mesma coleção e a seu livro “Razões Históricas do Nacionalismo Brasileiro”, observando que “Trata-se de uma luta global, onde a política externa não pode ser desassociada da externa” (pág.16), aproximando-se da Escola Francesa das Relações Internacionais.

A citação à solidariedade a Portugal era relevante, pois os governos brasileiros apoiavam o colonialismo português, criticado, quando analisa as relações Brasil-África. A comunidade portuguesa no Brasil exercia forte pressão para manter uma ideia de “paternidade”, sobre sua ex-colônia sul-americana, com a grande imprensa favorável aos laços sentimentais com a antiga metrópole. Chacon considera o aspecto claramente nocivo do Império lusitano, associando-o a um “portugal”, com

inicial minúscula, “colonialista e fascista” (pág. 40) mas apontando, paralelamente, um Portugal maiúsculo, ligado à cultura e ao idioma: “se tivermos que optar, façamo-lo pelo futuro e não pelo passado, exatamente em nome não só da nossa contribuição a uma nova e justa divisão internacional do trabalho, sem imperialismo...” (pág. 41).

Na análise sobre as relações brasileiras com os países islâmicos, propõe que se atente às comunidades muçulmanas brasileiras para aproximação e apoio ao governo egípcio de Nasser, então forte liderança no movimento dos Não-Alinhados. Em vários pontos, o autor lamenta a perda de oportunidades pela diplomacia brasileira, de atuar como mediador em conflitos na região que hoje denominamos Sul Global. Escrevia em 1962, bem antes do reconhecimento diplomático da República Popular da China, ocorrido no contexto do “pragmatismo ecumênico e responsável” de Geisel, em 1974, uma retomada da Política Externa Independente.

Cabe destacar que a visita de Goulart, ainda vice-presidente, à China, em 1961 (também visitou a URSS), foi um dos motivos para a agitação contra seu governo. De fato, as pautas de Goulart vinham dos anos 1950, com influência de Santiago Dantas e convém destacar que as Reformas de Base não interessavam apenas à esquerda. Seu viés nacionalista, sendo herdeiro de Vargas, como liderança trabalhista, incomodava Washington. As observações sobre as relações Brasil-EUA, na perspectiva nacionalista dos *Cadernos* registram “O máximo que poderíamos obter de Washington nas suas regras de jogo, seria a posição de sócio menor, com uma limitada área de influência outorgada na América Latina” (pág. 87). Pergunta: “Quais são as perspectivas futuras das relações Brasil-Estados Unidos? Dependerão não só dos rumos a serem seguidos pelas respectivas políticas internas, como, sobretudo, pela situação mundial” (pág. 88). Esta era condicionada pela Guerra Fria e a política interna foi, logo a seguir, definida pelo golpe de 1964, que se dedicou imediatamente à destruição daquele ambiente de debates, mas o Desenvolvimentismo autoritário e antissocial instalado aos poucos foi recuperando visões da Política Externa Independente.

No âmbito externo, os militares adotaram alinhamento automático com os EUA, chegando ao ponto de assumir o comando nominal das tropas na intervenção na República Dominicana, com dois generais brasileiros. O volume 21, publicado em 1963, é encerrado com as relações entre o Brasil e a América Latina, com foco em Cuba e como a diplomacia brasileira defendia a não-intervenção e o respeito à soberania daquele país. Registre-se que, nos anos iniciais da década, intelectuais

progressistas começaram a formular a Teoria da Dependência, com várias vertentes, analisando a posição da América Latina no sistema internacional. O colapso cultural iniciado em 1964 levou vários de seus autores a se exilarem. Na proposta universalista do autor:

Olhemos não só para Washington, Moscou, Paris, Roma e Pequim, diferentes matrizes para muitas correntes, com as quais podemos dialogar na medida em que convenham aos nossos interesses, mas principalmente nos lembremos de uma paródia que poderíamos fazer com Lênin: o caminho mais curto entre Brasília e qualquer daquelas capitais passa por Loanda, Lourenço Marques, Cabo Verde, Havana, Assunção, La Paz e mesmo pelo Cairo, Nova Délhi e Djakarta. A divisão entre os blocos socialista e capitalista não constitui um rígido esquema preto-branco. Em ambos vigoram policentrismos, com forças centrípetas e centrífugas, segundo os interesses do momento, entre os quais deve o Brasil infiltrar-se, de acordo com suas conveniências.

Chacon não atentou às iniciativas cepalinas de integração. Sua avaliação do poder do imperialismo estadunidense, bem como a ausência de propostas político-econômicas arrojadas, como uma Reforma Agrária responde por esse desinteresse. Os *Cadernos* sempre foram combatidos pela direita, criadora de entidades poderosas, como o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática, mantido basicamente por empresas estadunidenses e dissolvido em 1963, após uma CPI, com seus membros seguindo ativos) e o Ipês (Instituto de Pesquisa Econômica e Social, criado por grandes empresários, dissolvido em 1972, devido ao “êxito” destrutivo do AI-5). O Ipês chegou a divulgar em televisão, propaganda afirmando: “Se seu filho tem em casa um livrinho com essa capa, tome cuidado, ele está sendo cooptado pelo comunismo. Junte todos os exemplares que estiverem em posse de seu filho e venha queimar em praça pública” (Lovatto e Constâncio, 2024, pág. 247). Cabe lembrar o pensamento de conhecido liberal brasileiro, também vitorioso em 1964, citado no Congresso pela Liberdade da Cultura, em Paris (Sodré, 1986, pág. 62); “Na perspectiva polêmica, o economista e ex-ministro da Fazenda Eugênio Gudin, defendeu a posição de Lacerda, escrevendo que, para ele, a afirmação de que

toda criatura humana tem direito a uma vida digna, é proposição digna de um asno, porque é absurda”. Pensamento típico dos grupos que encerraram o período da democracia liberal, começado com a Constituição de 1946, iniciando o dia que durou 21 anos que, ainda em 2025, encontram quem deseje que retornem.

Referências:

CHACON, Vamireh. **Qual a Política Externa Conveniente ao Brasil?**. Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* (21). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

LOVATTO, Angélica e CONSTÂNCIO, Douglas Rocha. O Brasil nas páginas da Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. **Revista Lutas Sociais**, vol. 28, nº 53, São Paulo: PUC-SP, jul-dez/2024, págs.236-252.

SODRÉ, Nélon Werneck. **Razões Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959, pág. 39)

_____. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.

*Doutor em História Política pela Uerj e coordenador da graduação em Relações Internacionais do Inest/UFF. E-mail: fernandoroberto@id.uff.br

Entre os múltiplos Eu's/Outro's: uso de imagens e afetos na política

*Pablo Fontes **

*Cristina Rego Monteiro da Luz***

Refletir sobre a política externa em Relações Internacionais (sem que se defenda a divisão polarizada entre doméstico e internacional) por meio de diferentes teorias, metodologias, ontologias e recortes epistemológicos nos exige, em certa medida, compreender múltiplas imagens, afetos e emoções que perpassam e permeiam a relação co-constitutiva entre o *Self* e o *Other*. Enquanto nos estudos da psicologia, da pedagogia e nos meios de comunicação (entre outros campos das ciências aplicadas), os afetos obtiveram relevância e mereceram análises valiosas ao longo do tempo, no campo das Relações Internacionais, por décadas e por que não, séculos, reflexões consistentes sobre os afetos (independentemente dos seus diversos tipos) demoraram a ter a devida relevância.

Apesar do adiamento e da resistência de muitos (as) teóricos (as) quanto à importância e às colaborações transdisciplinares que podem e devem ser extraídas das análises sobre a política, é chegado o momento da importância do não negligenciamento. Parece-nos que essa dificuldade e/ou não empatia sobre a temática do campo afetivo, do homem emocional, deve-se, de certa maneira, às questões envolvendo racionalidade/irracionalidade, razão/paixão (temas cernes da Filosofia e Teoria Política). Esses debates evocam, sobretudo, a sobreposição da razão sobre a emoção, permitindo e favorecendo a exclusão/marginalização da temática “afetos/sentimentos” – já que nesta temática e narrativa, deve-se ao nascimento do sujeito liberal a construção da representação imagética do homem coma perspectiva de não ter e/ou ser portador de sentimento/afeto.

Ao revisarmos imagens e símbolos que circulam na esfera da economia política discursiva observa-se que, quando reflexões acerca do afeto são retratadas, elas reduzem-se, em certa medida, à perspectiva da segurança ontológica, mais especificamente quando o tema esbarra na antropomorfização do estado. Mais do que olhar para os estados, é preciso voltar-se para os indivíduos, sobretudo, aquelas (es) cujo self é estilhaçado cotidianamente (pobre, favelado, negros, homossexuais, mulheres etc.).

Portanto, para nós, revisitar os *Self's* passa a ser também problematizar os *Other's*. Compreendemos neste pequeno texto que não há somente um único EU, mas que existem diversos Selves que constantemente são estilhaçados pelas políticas

dos afetos e das emoções, principalmente, nos múltiplos jogos e performances políticas. Cabe destacar que, por vezes, quando analisados múltiplos *Self's* e *Other's*, a violência é vista e/ou mesmo visualizada como a “primeira” ou “única” forma de compreender as transferências dos afetos (leia-se aqui esperança) e traumas que as imagens político-midiáticas exploram exaustivamente no nosso cotidiano. A sinestesia enquanto figura de linguagem, nos ajuda a entender, em certa medida, as transmissões e as antíteses que permeiam nosso consciente/inconsciente.

Diferentemente de alguns analistas de política internacional que buscam conclusões através das mensurações (método quantitativo) para entender a política de afeto, defendemos que decodificar as políticas sobre o afeto a partir dos cânones *mainstream* das Relações Internacionais e da Ciência Política leva a não compreender as (inter) subjetividades, os diversos significantes e significados que são (foram e/ou ainda permanecem) construídos nos múltiplos objetos de análise. Por outro lado, ao falarmos dos aspectos filosóficos que circundam a tarefa política da reconstituição do afeto sobre diferentes perspectivas, não reduzimos ou limitamos nossas análises a visões abstratas. Para nós, as emoções podem (mas não somente) ser visualizadas na materialidade.

Nesse sentido, o novo materialismo talvez seja uma possível “saída” para aqueles (as) que necessitam por meio de um “dado/estatística” ou materialidade entender as dimensões pertinentes às políticas dos afetos. Todavia, cabe um questionamento: um número/dado reflete as idiosincrasias que os *Self's* e os *Other's* sofrem nos seus cotidianos? Para nós, não! E não estamos sós. O filósofo coreano Byung-Chul Han, autor de “A Sociedade do Cansaço”, compreende que a Comunicação está necessariamente deturpada sem a consciência afetiva que se traduz na percepção sinestésica do outro.

Sem a presença do outro, a comunicação degenera em um intercâmbio de informação: as relações são substituídas pelas conexões, e assim só se conecta com o igual; a comunicação digital é somente visual, perdemos todos os sentidos; vivemos uma fase em que a comunicação está debilitada como nunca: a comunicação global e dos likes só tolera os mais iguais; o igual não dói.

Em “Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida”, de 2014, Bauman e Donkis acusam um trato de crescente desvalorização da dor do outro, não reconhecida como tal. Ao mergulhar nos aspectos líquidos de uma modernidade que vivencialmente se distancia de valores afetivos, os autores alertam

para as consequências da indiferença humanista em relação ao outro, uma indiferença que neutraliza a distinção entre o mal e o bem de forma generalizada:

O mal não está confinado às guerras ou às ideologias totalitárias. Hoje ele se revela com mais frequência quando deixamos de reagir ao sofrimento de outra pessoa, quando nos recusamos a compreender os outros, quando somos insensíveis e evitamos o olhar ético silencioso.

Até o presente momento falamos de modo tangencial sobre os *Self's* – e onde se (des) localizam os *Other's*? É preciso haver um território específico para que os transbordamentos dos afetos possam ser visualizados/sentidos sobre os *Other's*? Parece-nos que a subjetividade colabora com nossas análises e reflexões na medida em que por intermédio de diferentes formatos e estilos podemos entender que há diversos Outros. Alguns Outros ganham espaço e em certa medida, legitimidade, ao passo que há grupos hostilizados e silenciados.

Cabe atestar que neste breve artigo, não propomos reduzir nossas análises sobre as emoções e afetos na política internacional apenas, a individualidade do ser humano, mas a coletividade em si. Ao mesmo também é preciso destacar que ao olharmos para a coletividade, não buscamos homogeneizar as emoções e afetos dos indivíduos. O que compreendemos por emoção se enquadra nas reflexões de Jonathan Mercer em seu artigo “Feeling like a state: social emotion and identity”. Assim, interessam-nos nessa breve análise sobre as emoções e afetos, as reflexões sobre as linguagens que são produzidas pela/na política internacional.

Nesse sentido, entendemos que independentemente da classe social, etnia, raça etc., todos os indivíduos detêm e sofrem emoções e afetos. É evidente, ou deveria ser, que existem aqueles (as) que cotidianamente sofrem com os impactos sobre seus corpos e mentes a dor e o luto através de múltiplas formas de violência, preconceitos, de transmissões de (des) afetos. A representação discursiva-imagética sobre a dor de povos que foram ou permaneçam sendo massacrados são negligenciados e/ou espetacularizados. De um modo geral, para estes sujeitos a política do afeto é compreendida como desprezível. Os meios de comunicação, independente do formato e estilo, utilizam-se da construção (*framing*) e da transmissão dos afetos em sua polaridade ameaçadora (ódio, paixão, terror). Basta olharmos as argumentações que justificam a Guerra ao Terror, o discurso da piedade sobre a Síria, as imagens relacionadas às crianças em permanente estado de ameaça, a tolerância frente ao genocídio negro que varre este país, as intolerâncias religiosas etc.

Cabe ainda ressaltar no âmbito da segurança ontológica a antropomorfização da política dos afetos dos indivíduos associada à imagem estatal. No âmbito do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é possível observar a antropomorfização do estado, isto é, características pertencentes aos seres humanos são exportadas (e observadas) a imagem do estado. A partir da antropomorfização estatal, através dos discursos performatizados, é que múltiplas dicotomias onde os múltiplos Eu's e Outro's são construídos e visualizados a partir da dicotomia asfalto (polícia) x favela (genocídio negro). A teoria construtivista, neste prospecto, tem espaço e "legitimidade na medida em que, ao importar perspectivas sociológicas, atesta para o compartilhamento e/ou socialização dos sentimentos e valores ético-morais que são visualizados (ou não), mas que de todo modo imprimem visões de mundo, potencializadas no modo hegemônico. Que o diga a opinião pública ou opinião publicada, replicada por meio de instituições midiáticas privadas e /ou vinculadas, avalizadas por aparato estatal. Instituições que produzem e veiculam sistematicamente narrativas e linguagens que falam de vidas e sentimentos que deveriam verdadeiramente importar.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt e DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

BYUNG-CHUL HAN: "Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização". Entrevista a Carles Geli. **El País**, 07 fev. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html

HAN, Byung-Chul. **A Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, Vozes, 2015.

MERCER, Jonathan. Feeling like a state: social emotion and identity. **International Theory**, 6 (3), Cambridge University Press, 2014.

*Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DRI-UERJ). E-mail: pablovictorfontes@gmail.com

**Professora do Programa de Pós-Graduação em Mídias Criativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGMC-UFRJ). E-mail: cristina.regomonteiro@eco.ufrj.br

Data Centers: entre o Desenvolvimento Digital e o Colonialismo de Dados

*Juliana Zaniboni**

Segundo Navarro (2024), observa-se nas relações internacionais contemporâneas a consolidação de uma geopolítica da tecnologia, na qual o domínio tecnológico passou a constituir um dos principais vetores de poder estatal, sobretudo durante e após a pandemia de COVID-19. Tal dinâmica impacta diretamente tanto a subjetividade internacional quanto o equilíbrio de poder, fomentando uma corrida global pela supremacia tecnológica.

Inserida nesse contexto, a América Latina participa de forma assimétrica desse processo. A região, marcada por limitações estruturais no desenvolvimento em larga escala de tecnologias digitais estratégicas, tem se consolidado majoritariamente como consumidora dessas inovações. Ainda assim, desde meados dos anos 2000, os países latino-americanos passaram a se adaptar ao avanço do panorama digital, participando de fóruns internacionais, estabelecendo agendas digitais e ampliando gradualmente sua infraestrutura de conectividade, inclusão digital e economia da informação.

No entanto, a inserção regional nesse processo ocorre, em grande medida, a partir da disposição dos países latino-americanos em se tornarem territórios receptores das infraestruturas das grandes empresas de tecnologia — as chamadas big techs, como Amazon, Apple, Google, Microsoft e Meta. Embora a inteligência artificial ocupe posição central nos debates contemporâneos sobre o ecossistema digital, frequentemente associada a discursos tecnopolíticos de caráter utópico, este artigo direciona seu foco aos centros de processamento de dados (data centers), compreendidos como infraestruturas materiais fundamentais para a operacionalização dessas tecnologias.

Nesse sentido, a América Latina tem sido apresentada como alternativa estratégica para a alocação de data centers, especialmente em razão de fatores como disponibilidade territorial, geração de energia considerada “limpa” e incentivos fiscais. Destacam-se, nesse contexto, os casos do Brasil e do Chile, ambos inseridos em estratégias nacionais de transformação digital e atração de investimentos estrangeiros.

No caso brasileiro, em 2025, o governo federal instituiu, por meio de Medida Provisória, o Regime Especial de Tributação para Data Centers (Redata), com o

objetivo de criar um ambiente favorável à transformação do país em um hub digital regional (Brasil, 2025). A iniciativa integra a Política Nacional de Data Centers, mencionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a 80ª Assembleia Geral da ONU, ocasião em que afirmou o envio ao Congresso Nacional de projetos voltados à concorrência nos mercados digitais e à instalação de data centers sustentáveis (Agência Brasil, 2025).

De forma semelhante, o Chile lançou, em junho de 2025, o Plano Nacional de Data Centers (PDATA), documento que visa fomentar o desenvolvimento econômico a partir da crescente demanda por infraestrutura digital, apresentando-se como o primeiro país da região a estruturar uma política pública específica para o setor (Chile, 2025).

Embora tais iniciativas estejam ancoradas em discursos de modernização, inovação e sustentabilidade, elas revelam limites estruturais relevantes, especialmente quando analisadas à luz da soberania digital, da dependência tecnológica e dos impactos socioambientais.

Limites estruturais do desenvolvimento digital

Apesar de os incentivos financeiros e a promessa de geração de empregos associados à instalação de data centers parecerem atrativos, esse modelo de desenvolvimento apresenta restrições significativas. Três dimensões merecem destaque: a dependência tecnológica, a soberania dos dados e os impactos energéticos e ambientais.

Em primeiro lugar, tanto no caso brasileiro quanto no chileno, observa-se a ausência de diretrizes robustas relacionadas à transferência tecnológica. A instalação de data centers ocorre, majoritariamente, sem contrapartidas que assegurem o desenvolvimento conjunto de capacidades técnicas locais. A longo prazo, essa dinâmica reforça a posição periférica desses países na geopolítica da tecnologia, consolidando-os como consumidores e dependentes de infraestruturas controladas por atores estrangeiros.

Essa dependência compromete diretamente os projetos de soberania digital. Se os dados produzidos nos territórios nacionais são processados, armazenados e geridos por empresas sediadas em outros países, a capacidade estatal de exercer controle sobre informações estratégicas torna-se limitada. Considerando que dados constituem insumo central para processos políticos, econômicos e de segurança, sua externalização expõe os Estados a riscos que vão desde ataques cibernéticos a

infraestruturas críticas até interferências em processos eleitorais, afetando diretamente a democracia.

A segunda dimensão refere-se aos impactos energéticos e ambientais inerentes ao funcionamento dos data centers. Conforme apontam Furtado e Cunha (2024), essas infraestruturas demandam aproximadamente 400 terawatts-hora de energia por ano, consumo que supera o de diversos países e contribui com cerca de 0,3% das emissões globais de gases de efeito estufa. Além disso, a elevada dissipação de calor exige sistemas intensivos de resfriamento, frequentemente baseados no uso de grandes volumes de água potável, parte da qual se perde por evaporação, mesmo em sistemas de reuso.

Diante do contexto de emergência climática global (Jacobi; Filho; Pierro, 2022), a expansão indiscriminada de infraestruturas altamente consumidoras de energia e água exige cautela. O discurso da sustentabilidade, frequentemente associado à utilização de fontes renováveis, tende a minimizar os efeitos materiais dessas instalações. Contudo, mesmo quando alimentados por energia considerada limpa, os data centers continuam a emitir gases de efeito estufa e a produzir impactos ambientais significativos. Estimativas indicam que o setor poderá emitir até 2,5 bilhões de toneladas de CO₂ até 2030 (DCD, 2024).

Esses elementos suscitam questionamentos fundamentais sobre a compatibilidade entre a concessão territorial, a exploração intensiva de recursos naturais e os projetos nacionais de soberania digital. Ademais, os benefícios econômicos frequentemente associados a esses empreendimentos, como a geração de empregos, tendem a ser limitados, uma vez que as funções exigem qualificações altamente especializadas, nem sempre disponíveis localmente.

Resistência política e disputas infraestruturais

Apesar desse cenário, observa-se o surgimento de formas de resistência política por parte da sociedade civil frente à expansão dos data centers. Um exemplo emblemático é o Movimento Socioambiental Comunitário por Água e Território (Mosacat), no Chile.

O movimento teve início em 2019, após o anúncio da instalação de um grande data center do Google nas comunas de Cerrillos e Maipú, na zona oeste de Santiago. A principal preocupação inicial dizia respeito ao uso intensivo de água em um país que enfrenta uma seca prolongada há mais de uma década, além da possibilidade de compra de direitos aquíferos pela empresa, o que poderia

agravar a escassez local (Martins, 2025).

A mobilização comunitária resultou em ações judiciais e em um amplo processo de conscientização junto à população e ao poder público. Embora tenha sido firmado um acordo condicionando o projeto à alteração do sistema de resfriamento, a repercussão do caso levou o Google a suspender suas atividades no local (Grüner, 2025).

Casos semelhantes de contestação têm ocorrido em outras regiões do Chile, bem como em países como Irlanda e México, onde comunidades denunciam blackouts, escassez hídrica e impactos desproporcionais sobre populações vulneráveis (Mozur; Satariano; Mega, 2025). No Brasil, a discussão torna-se particularmente relevante diante de anúncios recentes de investimentos bilionários, como o projeto do TikTok no estado do Ceará (Saraiva; Millard, 2025).

Entretanto, a mobilização socioambiental na América Latina ocorre em contextos marcados por elevada violência contra ativistas. O Brasil, por exemplo, figura entre os países com maior número de assassinatos de defensores ambientais no mundo (Basso, 2025). Ainda assim, a inércia frente à expansão dessas infraestruturas também representa um risco, sobretudo em um cenário de agravamento da crise climática.

Nesse contexto, a expansão dos data centers pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de colonialismo digital (Couldry; Mejias, 2018; Maciel; Zaniboni, 2025), caracterizado por uma lógica extrativista na qual as infraestruturas tecnológicas são implantadas em territórios periféricos para maximizar a extração de dados e recursos, reproduzindo assimetrias históricas e degradando as condições de vida das populações locais.

Dessa forma, o desenvolvimento digital almejado por países latino-americanos corre o risco de se confundir com novas formas de colonialismo, nas quais a busca por modernização e inserção tecnológica reforça dinâmicas de dependência, exploração ambiental e vulnerabilidade política.

Referências:

AGÊNCIA BRASIL. **Confira a íntegra do discurso de Lula na abertura da Assembleia da ONU**, Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/confira-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-da-assembleia-da-onu> Acesso em: 10 de jan. de 2025.

BASSO, G. Brasil é o 4º país com mais assassinatos de ambientalistas. Deutsche Welle. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-o-4-pa%C3%ADs-com-mais-assassinatos-de-ambientalistas/a-7402495>> Acesso em: 15 de jan. de 2026.

BRASIL. Gov.br. MP cria o Redata, que estimula data centers e impulsiona economia digital no Brasil, 2025. Disponível em <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/mp-cria-o-redata-que-estimula-datacenters-e-impulsiona-economia-digital-no-brasil>> Acesso em: 10 de jan. de 2026.

CHILE. ¿Cómo instalar un data center en Chile? Ministério de Ciência, Tecnologia, Conhecimento e Inovação, Disponível em <https://www.minciencia.gob.cl/uploads/filer_public/39/e1/39e1511a-ddf8-4faf-8c7d-7b196cd17d92/guia_pdata.pdf> Acesso em 10 de jan. de 2025.

COULDRY, N.; MEJIAS, A. Data colonialismo: Rethinking bid data's relations to the contemporary subject. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, pp. 1-14, 2018.

DCD. Setor de Data Center emitirá 2,5 bilhões de toneladas de CO2 até 2030. Disponível em <<https://www.datacenterdynamics.com/br/not%C3%ADcias/setor-de-data-center-emitira-25-bilhoes-de-toneladas-de-co2-ate-2030/>> Acesso em: 11 de jan. de 2026.

FURTADO, R. e CUNHA, S. Inteligência artificial, data centers e colonialismo digital: Impactos socioambientais e geopolíticos a partir do Sul Global. **Revista Liinc**, v. 20, n. 2, 2024.

GRÜNER, D. Chilean activists block Google AI data center. Deutsche Welle. Disponível em <<https://www.dw.com/en/chilean-environmental-activists-block-construction-of-google-ai-data-center-over-drought-concerns/video-71397452>> Acesso em: 16 de jan. de 2026.

JACOBI, P. R., FILHO, M. T. e PIERRO, B. Ambiente e sociedade em tempos de emergência climática: do resgate histórico ao momento atual. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 11, n. 3, 2022.

Maciel, T. M., e Zaniboni, J. Necrocapitalismo, colonialismo de dados e o facebook em Mianmar: A repressão contra os Rohingya (2012-2018). **Conjuntura Global**, v. 14, n.3, 2025.

MARTINS, L. Como um grupo de vizinhos venceu o Google e barrou um data center no Chile. **Intercept Brasil**. Disponível em <<https://www.intercept.com.br/2025/07/14/grupo-vizinhos-venceu-google-barrou-data-center-chile/>> Acesso em: 15 de jan. de 2026.

MOZUR, P., SATARIANO, A. e MEGA, E. From Mexico to Ireland, fury mounts over a global AI frenzy. **Nytimes**. Disponível em

<<https://www.nytimes.com/2025/10/20/technology/ai-data-center-backlash-mexico-ireland.html>> Acesso em: 16 de jan. de 2026.

NAVARRO, I. Tecnología y geopolítica: sobre una teoría del cambio en las relaciones internacionales. **Economía y Geopolítica en un mundo en conflicto**, n. 935, 2024.

ROSA, A. e GUASQUE, B. Inteligência artificial, vieses algorítmicos e racismo: o lado desconhecido da justiça algorítmica. **Opinión Jurídica**, v. 23, n. 50, 2024.

SARAIWA, A. e MILLARD, P. Tiktok vai investir R\$ 200 bi em data center no Brasil. Bloomberg. Disponível em <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-12-03/tiktok-vai-investir-r-200-bi-em-data-center-no-brasil>> Acesso em: 15 de jan. de 2026.

*Mestra e Doutoranda em Estudos Estratégicos - PPGEST/Universidade Federal Fluminense-UFF. E-mail: julianazaniboni@id.uff.br.

Leonel Brizola e as “linhas de fuga” na Política Externa Brasileira

Danillo Avellar Bragança*

A historiografia clássica da Política Externa Brasileira (PEB) costuma gravitar em torno da solidez institucional do Itamaraty, apresentando-a como uma política de Estado caracterizada pela continuidade, pelo pragmatismo e por uma busca incremental de prestígio no sistema internacional. Sob essa ótica, a diplomacia brasileira é vista como uma máquina técnica e coesa, capaz de navegar por regimes distintos mantendo uma espinha dorsal de princípios universais. No entanto, o que ocorre quando o horizonte de análise se desloca para atores que operaram fora dessa gramática burocrática?

Surge, então, a necessidade de investigar as chamadas "linhas de fuga" no pensamento de política externa, trajetórias que rompem com a linearidade administrativa para propor rupturas qualitativas no posicionamento do Brasil perante o mundo. É nesse hiato entre a tradição burocrática e a ousadia política que a figura de Leonel Brizola se impõe como um objeto de estudo ainda subestimado e carente de uma exegese mais profunda.

Como um líder que via na política externa o prolongamento da soberania interna, Brizola mobilizou categorias de confronto que a diplomacia profissional, por dever de ofício, frequentemente buscava suavizar. Quais eram as reais fronteiras entre seu projeto de libertação nacional e a viabilidade institucional do Estado brasileiro? Persistem sombras sobre como esse pensamento, muitas vezes rotulado de populista, antecipou dilemas contemporâneos sobre soberania digital, financeira e energética.

Explorar o legado de Brizola sob a ótica das Relações Internacionais exige reconhecer que há um campo vasto e fértil a ser cumprido na historiografia brasileira. Trata-se de compreender como uma liderança política pode atuar como um vetor de dissidência, forçando o sistema a lidar com o que Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* denominariam como desterritorializações da política tradicional. O brizolismo operou em uma frequência distinta, onde o anti-imperialismo não era um adorno ideológico, mas o fundamento de uma inserção internacional que se pretendia ativa em sua essência mais visceral.

O caso da *International Telephone and Telegraph*

O nacionalismo de libertação em Leonel Brizola não deve ser compreendido como um fenômeno de introspecção paroquial, mas como um vetor de projeção externa que desafiava a hierarquia do sistema internacional. Para Brizola, a fronteira entre o local e o global era porosa; um ato administrativo em Porto Alegre poderia, por desígnio ou consequência, reverberar nos salões do Departamento de Estado em Washington. Essa percepção transformava a gestão pública em um campo de batalha geopolítico. O ápice dessa postura materializou-se na encampação da *International Telephone and Telegraph* (ITT), em 1962. Longe de ser um mero capricho expropriatório de um governador de província, o episódio configurou-se como uma colisão diplomática de proporções hemisféricas.

Este evento forçou o governo de João Goulart a uma encruzilhada diplomática sem precedentes, tensionando a relação com a administração Kennedy e sua "Aliança para o Progresso". O episódio da ITT funcionou como um catalisador que expôs as vísceras da dependência. Enquanto o Itamaraty tentava mediar o conflito através de compensações financeiras e protocolos de etiqueta, Brizola operava em uma frequência de ruptura (BRIGAGÃO e TRAJANO, 2015). Ele obrigou o governo federal a renegociar a posição brasileira sob o peso da retaliação iminente do Congresso dos EUA, que respondeu com a Emenda Hickenlooper.

O que estava em jogo não era apenas o valor de fios e postes, mas a capacidade de um Estado periférico exercer soberania sobre o capital estrangeiro. Seria possível um desenvolvimento autônomo sem confrontar as estruturas de poder que protegiam tais investimentos?

A sustentação intelectual desse confronto residia no conceito de "perdas internacionais", uma tese que Brizola defendia com a tenacidade de quem enxerga uma hemorragia invisível na economia nacional. Para ele, o subdesenvolvimento não era uma etapa natural do atraso, mas o resultado direto da drenagem sistemática de capital através da remessa de lucros. A política externa, portanto, deixava de ser um exercício de diplomacia de salão para se tornar a defesa das fronteiras econômicas contra o que ele denominava "espoliação". Essa visão transformava as empresas transnacionais em agentes de uma política externa paralela, que operavam para descapitalizar a nação. A proposta era radical em sua simplicidade: a verdadeira independência exigia estancar esse fluxo.

Brizola via o sistema financeiro internacional como uma estrutura de agiotagem

que perpetuava a pobreza brasileira. Sob essa ótica, cada dólar enviado ao exterior como lucro ou juro da dívida representava uma escola a menos ou um hospital fechado no interior do país. A política externa brizolista era, essencialmente, uma política de segurança econômica nacional. Ela pressupunha que a diplomacia deveria servir para proteger o excedente gerado internamente, garantindo que ele fosse reinvestido no cidadão brasileiro. Como separar a retórica inflamada da realidade de um mundo que já caminhava para a globalização produtiva? A linha de fuga brizolista propunha que o Brasil só seria um ator respeitado se fosse, antes de tudo, dono de sua própria infraestrutura e de seu destino financeiro.

O horizonte externo de Leonel Brizola expandiu-se de forma decisiva durante os anos de chumbo, transformando o exílio não em um período de silenciamento, mas em um laboratório de articulação transnacional. Ao ser expelido da geografia brasileira, ele passou a habitar a geografia das ideias dissidentes, costurando uma rede de resistência que buscava uma "terceira via" autêntica para o desenvolvimento. Brizola recusava-se a aceitar o mundo como um tabuleiro binário. Para ele, o liberalismo de Washington era uma forma de asfixia econômica, enquanto o dogmatismo soviético representava uma asfixia das liberdades civis. Foi nessa fenda que ele encontrou abrigo e interlocução na Internacional Socialista, aproximando-se de figuras como Willy Brandt e Mário Soares. Essa conexão europeia não era uma rendição ao eurocentrismo, mas um movimento tático para legitimar o trabalhismo brasileiro como uma força democrática e soberana perante a opinião pública mundial.

Solidariedade radical

Essa resistência à bipolaridade permitiu que Brizola formulasse uma política de solidarismo latino-americano que transcendia o comércio e alcançava a cultura. Ele compreendia que a fragmentação do continente era a maior vitória do imperialismo. No Uruguai ou nos Estados Unidos, sua liderança política atuava como um polo de gravidade para exilados de todo o Cone Sul, consolidando a percepção de que a libertação de uma nação vizinha era condição *sine qua non* para a liberdade do Brasil.

Não se tratava apenas de diplomacia entre governos, mas de uma diplomacia entre povos e movimentos sociais. Brizola antecipava uma integração regional que não nasceria dos protocolos burocráticos de livre mercado, mas da identidade comum de resistência à espoliação.

Uma abordagem pouco explorada, mas fundamental para compreender a profundidade desse solidarismo, reside na sua conexão mística e estratégica com o Sul Global, especialmente na defesa da autodeterminação de Cuba e dos movimentos de descolonização africanos. Há um fato frequentemente obscurecido pela análise puramente institucional: a sua tentativa de construir uma "ponte de civilização" com as jovens nações africanas. Brizola não via a África apenas como um mercado consumidor ou um bloco de votos na ONU, mas como o berço da subjetividade brasileira. Ele entendia que a política externa deveria ser o instrumento de um reencontro histórico, onde a cooperação técnica e cultural com Angola e Moçambique serviria como o pilar de uma nova geopolítica da dignidade humana.

Essa defesa da autodeterminação era, para Brizola, tanto um imperativo moral quanto um cálculo estratégico de sobrevivência. Ao apoiar a soberania de Cuba frente ao bloqueio, ele não estava necessariamente endossando o modelo de partido único, mas defendendo o direito sagrado de uma nação de decidir seu próprio sistema sem interferências externas. Essa postura antecipava, em décadas, o que viria a ser a cooperação Sul-Sul contemporânea.

O brizolismo propunha um mundo policêntrico, onde a periferia do sistema poderia negociar em bloco para diluir o poder das metrópoles. Compreender essa dimensão é perceber que Brizola não era apenas um político local, mas um estrategista que tentou redesenhar as coordenadas do possível para o Brasil. Restamos perguntar: quanto da nossa atual incapacidade de liderar o Sul Global decorre do esquecimento dessas lições de solidariedade radical?

O embate entre Leonel Brizola e a tradição do Itamaraty não deve ser lido como uma mera disputa paroquial, mas como o choque frontal entre duas ontologias da presença brasileira no mundo. De um lado, a tradição institucional ancorada na continuidade burocrática e na busca por reconhecimento dentro das normas estabelecidas; de outro, a solidariedade radical, que operava sob a premissa de que a inserção internacional do Brasil só teria sentido se servisse para romper as cadeias da dependência. Enquanto o corpo diplomático privilegiava o rito, a previsibilidade e o ajuste fino com as potências hegemônicas para garantir espaços de manobra, Brizola introduzia a fricção e o dissenso como ferramentas de afirmação nacional.

Essa tensão revelava uma clivagem profunda: para a instituição, a política externa era um ativo de Estado a ser preservado; para Brizola, era um instrumento

de combate a ser mobilizado. Essa divergência materializava-se na gestão dos riscos nacionais. A diplomacia profissional, muitas vezes, via nas ações de Brizola — como as encampações de empresas estrangeiras ou as críticas ferozes ao sistema financeiro — um perigo à reputação de "bom pagador" e parceiro confiável que o país buscava projetar. Na perspectiva brizolista, entretanto, essa confiança internacional era frequentemente comprada ao custo da miséria interna e da abdicação da soberania. Ele questionava o próprio conceito de prestígio. Brizola forçava o Itamaraty a encarar a face política e, por vezes, brutal das relações econômicas, retirando a política externa do isolamento técnico das chancelarias e jogando-a no centro do debate sobre o destino das massas.

Contudo, uma análise rigorosa exige confrontar o voluntarismo político que permeava as "linhas de fuga" brizolistas. Se sua retórica era intelectualmente honesta ao denunciar as assimetrias globais, sua exequibilidade esbarrava em fragilidades estruturais severas. O custo do confronto direto impunha dilemas que o projeto brizolista nem sempre conseguia resolver no campo prático. O risco de uma "soberania isolada" era a inviabilização do próprio desenvolvimento que se pretendia proteger. A história das relações internacionais demonstra que rupturas radicais, sem uma base produtiva e financeira capaz de suportar o choque, podem resultar em retrocessos sociais que anulam os ganhos da autonomia decisória.

Dessa forma, questiona-se a sustentabilidade dessas linhas de fuga dentro de uma ordem global cada vez mais interconectada e punitiva com dissidências periféricas. O voluntarismo de Brizola, embora essencial para desmascarar a complacência das elites, por vezes subestimava a capacidade de retaliação do sistema financeiro internacional, que opera sob uma lógica de punição coletiva. O projeto de desenvolvimento de longo prazo, no brizolismo, equilibrava-se na corda bamba entre a dignidade nacional e a asfixia externa. No entanto, é precisamente nessa instabilidade que reside o valor acadêmico de sua trajetória: ela nos obriga a perguntar se o preço da integração "harmoniosa" não é, em última instância, a própria renúncia a um projeto nacional autêntico. A crítica brizolista permanece, assim, como um lembrete incômodo de que a eficácia administrativa não pode ser o único parâmetro de uma nação que ainda busca o seu lugar ao sol.

Conclusão

As linhas de fuga traçadas por Leonel Brizola consolidaram-se como uma das mais contundentes alternativas teóricas ao pragmatismo tradicional da política

externa brasileira, deslocando o eixo do prestígio diplomático para o imperativo da soberania popular. Ao contrário das fórmulas institucionais que buscavam acomodação nas frestas das hegemonias, o pensamento brizolista, conforme documentado em suas reflexões e embates históricos, postulava que a inserção internacional do Brasil deveria ser o reflexo de um projeto de libertação interna. Suas teses sobre as perdas internacionais e a resistência à espoliação financeira não eram meros expedientes retóricos, mas sim ferramentas de uma Economia Política voltada à proteção das riquezas nacionais. Como aponta a análise de Brigagão e Ribeiro (2015), essa trajetória reafirmou o papel do Estado como escudo contra as assimetrias do sistema global, priorizando a autonomia decisória e o controle de setores estratégicos como precondições para qualquer diálogo ativo no cenário mundial.

Em última análise, o legado de Brizola na política externa revela um campo historiográfico ainda em disputa, que desafia a suposta neutralidade técnica da diplomacia de carreira. Sua capacidade de articular redes de solidariedade no Sul Global e sua aproximação com a Internacional Socialista durante o exílio demonstram que a "terceira via" brizolista era, essencialmente, uma busca por um policentrismo democrático.

Ao centrar sua visão na soberania, Brizola ofereceu uma resposta crítica à interdependência asfixiante, legando à posteridade a provocação de que o desenvolvimento nacional é indissociável de uma postura externa confrontacionista quando os interesses do povo estão em xeque. Assim, suas linhas de fuga permanecem como um subsolo conceitual vibrante, oferecendo coordenadas para que o Brasil contemporâneo possa repensar sua autonomia frente às novas e sofisticadas formas de dependência do século XXI.

Referências:

- BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.
- BRIZOLA, Leonel. **Tijolaço**. Rio de Janeiro, Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, 1999.
- _____. **Aos Povos do Mundo: a luta pela legalidade**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2011.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatórios de Gestão e Correspondência Diplomática (1961-1964)**. Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj/CPDOC, 2008.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

SANTOS, Theotonio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.